



Eleições municipais comparadas: a escolha do Chefe do executivo no Brasil e no Uruguai

Autor(es): LIMA, Rafael Nachtigall de; BARRETO, Alvaro Augusto de Borba

Apresentador: Rafael Nachtigall de Lima

Orientador: ALVARO AUGUSTO DE BORBA BARRETO

Revisor 1: Daniel de Mendonça

Revisor 2: Rosangela Marione Schulz

Instituição: Universidade Federal de Pelotas

Resumo:

Brasil e Uruguai vivenciaram alterações em seus sistemas políticos no final dos anos 90. O primeiro adotou a reeleição imediata para mais um único mandato do chefe do executivo dos três níveis da administração. O segundo, entre outros elementos de uma ampla reforma constitucional, interrompeu 60 anos de tradição e separou a eleição nacional (presidente, vice, Câmara de representantes e Senado) da municipal (Intendente e junta departamental). Realizadas quase simultaneamente, as mudanças reduziram as diferenças entre os dois países, pois o Uruguai adota a reeleição do Chefe do Executivo em unidades subnacionais desde 1934, enquanto um calendário autônomo para as eleições locais é praticado no Brasil há várias décadas. O advento da reeleição dos chefes do executivo no Brasil modificou as estruturas de oportunidades de carreira dos políticos e as estratégias dos partidos, refletindo-se ainda nos índices de permanência e de renovação do legislativo. Igualmente, alterou os cenários institucionais e a dinâmica em que se processam as disputas, ao incluir mecanismos de accountability e ao dar origem àquelas em que o titular do executivo concorre à reeleição (incumbent) e a aquelas em que necessariamente há mudança, pois este não pode ou não quer se reapresentar. No Uruguai, quando havia eleições simultâneas e a exigência do voto vinculado, a disputa local estava condicionada à nacional e praticamente não havia variação na votação dos partidos entre os dois níveis. A partir de então, as duas passaram a seguir regras e calendários próprios, o que possibilitou o advento da eleição do governo municipal como uma competição mais autônoma, na qual o fator local ganhou força e houve maior diversificação no acesso dos partidos ao poder e o aparecimento de sistemas partidários regionalizados. O propósito da pesquisa é analisar comparativamente o impacto que essas mudanças têm causado nos sistemas políticos dos dois países, tendo como foco as disputas locais (prefeito no Brasil e intendente departamental no Uruguai). Nas novas ordens institucionais, ocorreram três eleições no Brasil (2000, 2004 e 2008) e duas no Uruguai (2000 e 2005). Busca-se saber como, com a possibilidade de reeleição e com disputas em calendário próprio, a eleição do chefe do executivo nas instâncias locais tem se apresentado nos dois países, no que tange a candidatas e partidos postulantes, resultados, bem como as consequências que vem produzindo nos sistemas partidários.